

Demolição de obras perto do aeroporto

Ministério Público quer estudo para saber se construções não comprometem tráfego aéreo. Pode exigir até a retirada de hotel

Fernando Mendes

A Justiça Federal deve determinar a remoção de construções que podem comprometer a segurança de moradores da região do aeroporto de Vitória e dos voos.

O pedido foi feito pelo Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF-ES), que cita, entre outros, o Hotel Ibis, um prédio da construtora MRV, as obras de ampliação do Vitória Apart Hospital e o Shopping Mestre Álvaro.

Conforme publicado ontem com exclusividade por **A Tribuna**, o MPF pediu ainda a paralisação imediata das obras de amplia-

ção das pistas de pouso e de decolagem do aeroporto de Vitória até que a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) atualize o Plano Diretor e o Plano Específico de Zona de Proteção Aeroportuária (PEZPA) e submeta-os à aprovação da Anac e do Comando da Aeronáutica.

“A própria Infraero confirma que os empreendimentos estão em gabaritos (limites) da zona de proteção do aeroporto. Tal fato, de grave constatação, é mais uma evidência de que suas construções deveriam ter sido impedidas pela autoridade aeroportuária”, ressalta o procurador da República Carlos Fernando Mazzoco, autor da ação civil pública.

Segundo o documento ajuizado pelo procurador, a avaliação dos obstáculos atualmente existentes no entorno do aeroporto, principalmente os localizados nas áreas de aproximação das pistas, deve ser criteriosamente revisada.

“E em caso de comprometimento da segurança do local, devem



OBRAS DO AEROPORTO DE VITÓRIA: procurador da República exige mais garantia de segurança

ser removidos os obstáculos”, escreveu o procurador.

Mazzoco sustenta também que não foi analisado se as novas construções estão dentro do limite da zona de proteção, pois o PEZPA atualmente em vigor foi definido em gabaritos traçados em 1994.

Além disso, a alteração do comprimento da pista modifica a área de proteção do entorno do aeroporto, pois mesmo as construções que estavam dentro do limite da zona de proteção poderão passar a ser obstáculos para a decolagem e o pouso das aeronaves, trazendo riscos à segurança da população.

Infraero espera notificação

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) informou ontem que vai aguardar ser notificada pela Justiça para se pronunciar sobre a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF-ES) na última semana.

Já a assessoria de imprensa do Grupo Sá Cavalcante, responsável pela construção do Shopping Mestre Álvaro, informou que “a empresa sempre foi criteriosa em seus negócios e vai buscar conhe-

cer oficialmente o que o MPF está arguindo para se manifestar.”

A reportagem de **A Tribuna** também fez contato com representantes do Hotel Ibis, mas um funcionário, que se identificou como Fabrício, informou que não havia ninguém no hotel que pudesse falar sobre o assunto e também não forneceu telefones de outras pessoas que pudessem falar.

A assessoria da construtora MRV, em Belo Horizonte (MG), não atendeu as ligações.